

Estrutura de posse, compadrio e escravidão em Santo Antônio da Patrulha (1850-1870)

Ownership structure, patronage and slavery in Santo Antônio da Patrulha (1850-1870)

Douglas Reisdorfer,¹ UFPel

Resumo

Neste texto, procura-se analisar algumas características do município de Santo Antônio da Patrulha durante as décadas de 1850 a 1870, localizado no litoral norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, são analisadas a estrutura de posse da escravidão na localidade e o patrimônio dos principais escravistas daquele termo, utilizando-se para isso os inventários *post-mortem*. Em seguida, investiga-se a relação entre compadrio e escravidão, valendo-se tanto dos registros de batismos do município patrulhense quanto dos que se referem à freguesia de Conceição do Arroio. Destaca-se o fato de que, em ambos os casos, os padrinhos livres adquiriram grande importância entre os pais espirituais de escravizados na metade do século. Sugere-se que a estrutura de posse e a africanidade estão intimamente relacionadas com as dinâmicas do apadrinhamento.

Palavras-chave: Escravidão; Estrutura de posse; Compadrio; Santo Antônio da Patrulha.

Abstract

This text analyzes some characteristics of the municipality of Santo Antônio da Patrulha during the decades of 1850 to 1870, located on the northern coast of the province of São Pedro do Rio Grande do Sul. Initially, it investigates the structure of slave ownership and the fortunes of the city's main slaveholders through *post-mortem* inventories. Subsequently, the article investigates the relation between godparenthood and slavery, using both baptismal records from Santo Antônio da Patrulha and Conceição do Arroio. It highlights that, in both cases, free godparents acquired great importance among the spiritual parents of enslaved people in the mid-19th century. It is suggested that the structure of ownership and African heritage are intimately related to the dynamics of godparenthood.

Keywords: Slavery; Ownership structure; Patronage; Santo Antônio da Patrulha.

Introdução

Neste texto, procuro explorar diversas questões relativas à escravidão no município de Santo Antônio da Patrulha, localizado na região norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Refiro-me, sobretudo, à estrutura de posse, ao compadrio e ao perfil dos principais escravistas da região. A família senhorial Rodrigues Garcia, cuja propriedade localizava-se às margens do rio Rolante, constitui o fio condutor da análise. Formada pelo patriarca José Rodrigues Garcia, por sua esposa Dorotéia Maria do Nascimento e pelos seus quatro filhos, a família administrava a fazenda de São José do Rolante, na qual habitavam

¹ Graduado em licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mestre e doutorando pela mesma instituição. Bolsista CAPES/DS. E-mail para contato: dglreisdorfer@gmail.com

mais de vinte escravizados. Interessei-me por esse núcleo familiar – e não por outros da localidade, que tinham maiores riquezas e mais escravizados – por nele viver a escravizada Maria, então criança. Ao longo das décadas de 1860 e 1870, seu nome deixou rastros em vários documentos criminais. Segui-lo na documentação e explorar o conjunto de relações, significados sociais e conflitos da escravidão que emergem da criminalidade constitui o objetivo da pesquisa de doutorado que desenvolvo.²

Em 1866, Maria foi vendida para Rio Grande. Sua transferência para a urbe portuária foi um dos resultados do crime que ocorreu sob a casa dos Rodrigues Garcia: o assassinato de quatro infantes às margens do rio Rolante, ocorrido entre novembro de 1862 e março de 1863. Quem quer que tenha sido o autor daquela atrocidade, era certamente um morador da fazenda. Como réus, foram pronunciados três sujeitos. Venâncio José de Oliveira Furtado era genro da casa, casado com Tereza Rodrigues Garcia e o proprietário da pequena Maria. Ele tinha notórias desavenças com sua sogra, motivadas tanto por causa de partilha dos bens – depois do falecimento do patriarca – quanto por razões políticas. O escravizado Bartolomeu, por sua vez, espalhou uma intrigante versão dos fatos: as crianças eram vítimas do então finado José Rodrigues Garcia. Ele retornara do além-vida para vingar-se de sua família, porque sua viúva e seus filhos não haviam cumprido a promessa de liberdade feita a alguns de seus escravizados – presume-se – em seu leito de morte. O último réu, o cativo Antônio Nagô, foi visto brincando com uma das crianças pouco antes de seu desaparecimento.

Depois daquele acontecimento, as relações existentes entre os membros da família ruíram. Moravam naquela propriedade a viúva e seus filhos, Vênancio e sua esposa Tereza e os escravizados de ambos os núcleos familiares. A partir do inquérito, do processo-crime e dos julgamentos, a relativa boa convivência deu lugar a uma série de infortúnios. O genro perdeu tudo, endividado que ficou com os bons anos de prisão, os custos com sua defesa e os prejuízos em quaisquer que fossem os seus negócios. Daí é que, para abater seus débitos, vendeu a jovem menina para o comerciante Custódio José de Magalhães Bastos, comerciante rio-grandino. A fazenda de São José do Rolante também não parece ter superado as

² Já escrevi um bom tanto sobre sua trajetória. De modo geral, tomo seu nome como um fio condutor da análise, que procura se dedicar ao estudo da escravidão, da criminalidade, do gênero e da menoridade penal entre a segunda metade do século XIX e o imediato pós-abolição. Trata-se de um trabalho calcado na história social da escravidão e inspirado nas práticas metodológicas da micro-história italiana, sobretudo no “método onomástico”. Sigo um nome – o de Maria Cabeça – através da documentação criminal para investigar uma série de relações e significados que se desvelam a partir dele. Não se trata, propriamente, de uma biografia. Sobre a trajetória de Maria Cabeça, ver: Reisdorfer (2023). Quanto à metodologia que da inspiração ao trabalho de doutorado, ver: Ginzburg e Poni (1989).

adversidades que se seguiram àquela tragédia: o inventário da viúva, aberto na década de 1870, apresenta menos escravizados do que havia dez anos antes.

Os assassinatos deixaram consequências irreparáveis: senão pelos danos materiais, certamente pelas vidas ceifadas e pelos laços familiares rompidos. Aqui, me interesse particularmente por estes. Procuo, inicialmente, traçar uma análise inicial dos principais senhores escravistas do município de Santo Antônio da Patrulha, recorrendo a inventários *post-mortem*. Os Rodrigues Garcia faziam parte de um mundo senhorial medíocre, ao menos em comparação com outras partes da província sulina – não eram muitos os proprietários de considerável envergadura, se é que se pode considerá-los assim. Em seguida, passo para o *outro lado*: as relações entre os escravizados, examinando o compadrio e a escravidão. Busco, assim, reconstituir o conjunto de relações de solidariedade e parentesco em que Maria nasceu e cresceu. Ressalto, ademais, que se trata de um esforço ainda inicial – uma parte, se tanto, do trabalho desenvolvido na pesquisa de doutorado.

Senhores e escravistas em uma sociedade rural: estrutura de posse de escravizados em Santo Antônio da Patrulha

Quem eram os Rodrigues Garcia? Que lugar ocupavam na hierarquia social do município de Santo Antônio da Patrulha? Tais perguntas me levaram a reunir os inventários *post-mortem* abertos na comarca daquele município, a fim de comparar o patrimônio dessa família com o de outros escravistas da região. José Rodrigues Garcia e Doroteia Maria do Nascimento moravam às margens do rio Rolante, local que à época pertencia ao município de Santo Antônio da Patrulha. Além da fazenda de São José do Rolante, da casa de morada e de alguns animais de criação, eram proprietários de vinte e um escravizados, que, somados aos oito cativos do genro Venâncio José de Oliveira Furtado, totalizavam vinte e nove trabalhadores – entre alguns idosos e crianças – na propriedade. A localidade era, em geral, marcada por muitos pequenos senhores, que eram a imensa maioria dos escravistas da região. Assim, embora estivesse muito distante dos maiores proprietários da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, seu inventário o colocava entre os nove maiores proprietários do município.

O patriarca da casa nasceu em Laguna, em 1805, na então capitania de Santa Catarina, sendo o quarto filho dos sete que tiveram os açorianos Antônio da Rosa Garcia e Ana Rosa de Jesus. Doroteia, por sua vez, era natural de Viamão, e veio ao mundo em 1797. Casaram-se em 10 de maio de 1825, união consagrada na Matriz de Nossa Senhora de Madre de Deus de

Porto Alegre. O primeiro rebento daquele matrimônio nasceu em 24 de outubro de 1825 e foi batizado com o nome do pai: José Rodrigues Garcia Filho. Nos anos subsequentes, nasceram os filhos Luiz Rodrigues Garcia, Tereza Rodrigues Garcia e Rodrigo José Garcia. O leitor atento percebeu que, entre o casamento e o nascimento do primeiro filho, passaram-se somente cinco meses! Em outras palavras, antes mesmo de se casarem, Doroteia Maria do Nascimento já estava grávida. Não seria de se espantar que a união entre o casal tenha se dado para legitimar uma gravidez fora do casamento, algo de grande necessidade para a sociedade da época.³

Imagem 1 – Localização do município de Rolante, Rio Grande do Sul⁴



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rolante>

O lugar em que viveram boa parte de suas vidas situava-se no litoral norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que historicamente foi um espaço de travessia do gado levado para o sul (Santos, 2009). O município de Santo Antônio da Patrulha era constituído por quatro paróquias: Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula de Cima da Serra, Nossa Senhora de Oliveira de Vacaria e São Paulo da Lagoa Vermelha. Somadas, as paróquias compreendiam uma vasta área do norte da província. De acordo com dados do relatório da Diretoria Geral de Estatística de 1875, a localidade totalizava 24.915 habitantes, sendo 21.206 livres (85,11%) e 3.709 escravizados (14,89%). A majoritária presença dos livres é enganosa. De acordo com Moreira (2015), analisando dados do Censo de 1872 sobre

³ Alguns dados biográficos da família podem ser encontrados na coletânea *Açorianos em Porto Alegre: história, genealogia e cultura* (2022).

⁴ A imagem apresenta a localização atual do município de Rolante, hoje emancipado de Santo Antônio da Patrulha.

Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio, a região era caracterizada por expressiva presença negra, representada pelos homens e mulheres *livres de cor*. Do ponto de vista econômico, era local de agropecuária – como aliás o restante da província – e de produção de cana-de-açúcar, uma particularidade do litoral norte em função da pouca incidência de geadas sobre suas terras. Além do mais, lá abundam muitos mistérios sobrenaturais: casos de fantasmas, almas penadas e vingativas, uma característica que ainda hoje marca a região.

Como já afirmei, o município patrulhense, tal como seus vizinhos, era marcado por uma estrutura de posse de escravizados na qual se sobressaíam os pequenos proprietários. Segundo Moreira (2015, p. 76), entre os anos de 1850 e 1888, os pequenos senhores do litoral norte – compreendendo Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Maquiné e Torres – foram 83,95% dos proprietários escravistas, concentrando em suas mãos cerca de 53% de todos os cativos da região. Os médios e grandes proprietários representavam, juntos, 16,05% de todos os senhores, e concentravam os outros 47% escravizados. Quando se olha unicamente para o município que nos interessa, nota-se uma relativa estabilidade ao longo do tempo:

Tabela 1 – Estrutura de posse a partir dos inventários de Santo Antônio da Patrulha (1842-1870)

Grupo	1842-1850		1851-1860		1861-1870		Total	
	Inv.	Escr.	Inv.	Escr.	Inv.	Escr.	Inv.	Escr.
	Nº/%	Nº/%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 a 4	32 (55,17)	81 (20,66)	62 (56,36)	147 (22,83)	69 (50,36)	132 (16,02)	163 (53,44)	360 (19,35)
5 a 9	14 (24,14)	95 (24,23)	36 (32,72)	244 (37,89)	43 (31,39)	282 (34,22)	93 (30,49)	621 (33,39)
10 a 19	8 (13,79)	112 (28,57)	7 (6,37)	95 (14,75)	19 (13,87)	237 (28,76)	34 (11,15)	444 (23,87)
20+	4 (6,9)	104 (26,54)	5 (4,55)	158 (24,53)	6 (4,38)	173 (21)	15 (4,92)	435 (23,29)
Total	58	392	110	644	137	824	305	1860

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão**: inventários. O escravo deixado como herança. Vol. II. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: www.apers.rs.gov.br/

Como é de se notar pela tabela 1, durante todo o período considerado (1842 a 1870), a maior parte dos senhores eram os de pequenas propriedades, representando 83,93%. Além de serem a maioria, mais da metade dos escravizados concentrava-se em suas mãos: uma importância percentual de 52,74%. Os números em questão, embora concentrados somente em um dos municípios e em um período um pouco diferente, seguem o que foi observado por Moreira (2015). Olhando a evolução da estrutura de posse ao longo do tempo, é interessante notar que o único período no qual os médios e grandes escravistas superaram os demais foi

entre 1842 e 1850, quando tinham em suas mãos 55,11% de todos os cativos. Na década seguinte, há uma queda desse número para a proporção de 39,28%, mas sua importância volta a subir no último período considerado para o percentual de 49,76%.

Chama a atenção que, nessa amostragem, o pico de concentração dos escravizados nas mãos dos maiores senhores encontra-se na década de 1840, antes do fim do tráfico atlântico de escravizados. Tal evolução difere significativamente do observado em outras partes da província, nas quais os maiores senhores possuíam a maior parte dos escravizados precisamente após a Lei Eusébio de Queiroz, quando o preço dos escravizados aumentou. É o caso dos municípios de Pelotas e de Rio Grande (Pessi, 2012; Scherer, 2008). Difícil explicar essa diferença: se se trata de uma simples distorção produzida por uma amostragem limitada ou se ela reflete processos e dinâmicas reais, produzidos pelas particularidades econômicas do litoral norte relativamente a outras partes do extremo-sul do país. O fato é que os inventários *post-mortem*, como é sabido, sobrerrepresentam os sujeitos mais ricos de uma sociedade. O uso dos registros de batismos poderia diversificar esse quadro, uma vez que neles os pequenos proprietários aparecem com maior representatividade (Matheus; Farinatti, 2016). Nesse sentido, é de se imaginar que a proporção real dos escravistas remediados seja ainda maior. Entretanto, devido às limitações do presente trabalho, não farei esse exercício metodológico.

Entre os anos de 1850 e 1870, encontrei nove senhores com mais de vinte escravizados. O dono da fazenda de São José do Rolante é o menor deles, com os vinte e um cativos que lá trabalhavam. Para dimensionar seu lugar na hierarquia social, reuni oito⁵ deles na tabela 2, organizados decrescentemente de acordo com o número de escravizados que possuíam. A maior escravista de todo o período foi Ana do Nascimento de Jesus Feijó, que, com seu finado marido, foi dona de terras na paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra. A avaliação de seus bens contabilizou quarenta e cinco escravizado, mas o tamanho de seu patrimônio no inventário não condiz com o que provavelmente foi o tamanho real de sua riqueza em vida. Ela faleceu em 1839, muitos anos antes da abertura do documento; além disso, muitos bens já haviam sido doados quando ocorreu o falecimento de seu marido, cujo inventário não foi encontrado.

Tal como Feijó, os senhores Felisberto Batista de Almeida Soares e o Major Manoel Eugênio de Oliveira Soares também tinham suas propriedades situadas naquela paróquia. Os dois eram irmãos, e tinham, respectivamente, quarenta e um e trinta e sete escravizados. Entre eles encontram-se os dois maiores patrimônios do termo de Santo Antônio da Patrulha, nos

⁵ Deixei de fora o inventário de Reginaldo Alves dos Santos, senhor de vinte e três escravizados. Quando o consultei, o documento estava em mau estado, incompleto, e não apresentava a avaliação de seus bens.

montantes de 6.510,89 e 22.289,12 libras.⁶ Entre os três, o Major Manoel Eugênio tinha a única avaliação de bens detalhada e completa, apresentando não só a totalidade de seus escravizados como também os demais tipos de propriedades.⁷ É também o único equiparável às dos grandes senhores da província, mas ainda estava aquém dos maiores charqueadores e criadores de gado do Rio Grande do Sul. Investigando Pelotas entre 1810 e 1900, Vargas (2013, p. 377) encontrou ao menos vinte e um inventários de charqueadores com patrimônios acima de 25 mil libras esterlinas. Farinatti (2007, p. 54), analisando os maiores proprietários de Alegrete entre os anos de 1831 e 1870, encontrou seis fortunas superiores a 20 mil libras esterlinas, sendo apenas duas delas próximas ao valor de 50 mil. Assim, o patrimônio do Major Manoel Eugênio é mais equiparável quando colocado ao lado de outros criadores, como os da região da campanha.

A tabela 2, apesar de suas evidentes limitações, traz outros elementos interessantes. Se eu a tivesse organizado segundo a ordem da maior para a menor fortuna, o leitor notaria mais facilmente: conforme subimos a escala da renda, diminui a importância dos escravizados no patrimônio como um todo. Assim, no caso do *monte-mor* dos irmãos Felisberto Batista e Manoel Eugênio, os escravizados representavam perto de 22% de seus patrimônios. Os bens de raiz e os bens móveis e semoventes superavam sua importância, sendo especialmente notáveis as propriedades do mais rico senhor do município, com propriedades em Porto Alegre, onde provavelmente morava. Nas fortunas mais modestas, os escravizados eram sempre o elemento mais importante, indo desde os 37,46% do patrimônio de Maria Angélica Pinto até os 89,79% do pequeno montante de Ana Maria da Silva.⁸ Portanto, quanto mais ricos eram os proprietários, menor a relevância dos trabalhadores escravizados no cômputo de suas riquezas.⁹

A exceção foi justamente José Rodrigues Garcia, que tinha nos bens de raiz o percentual de 53,79% de seu *monte-mor*. Vejamos mais detidamente a sua avaliação de bens, realizada em 1866. Entre suas propriedades, o descendente de açorianos possuía cinco bens de raiz: a fazenda de São José do Rolante, avaliada em 8 contos de réis; uma casa de sobrado

⁶ A conversão dos valores em libras é prática já bastante conhecida. Ela é realizada em função da maior estabilidade da moeda britânica, o que possibilita comparações ao longo do tempo.

⁷ No caso de Felisberto Batista de Almeida Soares, há outro inventário, aberto em 1863; entretanto, quando fui ao arquivo, o documento não foi encontrado. É possível que este documento contenha uma avaliação mais completa de seus bens, com um *monte-mor* superior.

⁸ Por sinal, trata-se de outro inventário *post-mortem* que parece não descrever plenamente as posses reais da inventariada.

⁹ Outros aspectos podem ser analisados através dos inventários. A estratificação socioeconômica pode ser analisada em maior detalhe, observando a concentração da riqueza no município como um todo. Todavia, para os fins deste trabalho, restrinjo-me a analisar o topo da pirâmide da renda, pois uma análise mais ampla estaria muito distante do escopo da pesquisa que realizo.

com quintal, arvoredos e bem-feitorias, no valor de 1 conto e 500 mil réis; uma casa térrea, na mesma fazenda, no valor de 400 mil-réis; uma casa com engenho de moer grãos e fazer farinha, na quantia de 5 contos de réis; e 500 braças de terras cobertas de matos, no montante de 500 mil-réis. Todas essas propriedades encontram-se no Rolante. Entretanto, para além do inventário, é possível saber que a família possuía uma casa em Porto Alegre, a qual foi passada para o genro Venâncio José de Oliveira Furtado antes da abertura do inventário. Anteriormente, mencionei que o matrimônio de José Rodrigues Garcia e Doroteia Maria do Nascimento ocorreu na Matriz de Nossa Senhora de Madre de Deus de Porto Alegre. Acredito que o casal passava seus dias entre as terras situadas no rio Rolante e a capital da província, ao menos até a morte do patriarca.

Tabela 2 – Patrimônio dos maiores escravistas de Santo Antônio da Patrulha (1850-1870)

Inventariado	Escravizados	Raiz	Móv. e S.	Monetário	Dívidas	Total
	Valor £/%	Valor £/%	Valor £/%	Valor £/%	Valor £/%	Valor £/%
Ana do N. de Jesus Feijó	1.217,41 (58,64)	858,82 (41,36)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	2.076,24
Felisberto B. de A. Soares	1.431,49 (21,99)	2.760,74 (42,40)	2.318,66 (35,61)	0 (0)	0 (0)	6.510,89
Manoel E. de O. Soares	4.899,36 (21,98)	11.133,47 (49,95)	5.249,55 (23,55)	1.006,73 (4,52)	0 (0)	22.289,12
Ana Maria da Silva	737,41 (89,79)	76,47 (9,31)	5,035	2,37 (0,61)	0 (0)	821,29
Maria Angélica Pinto	1.235,29 (37,46)	938,47 (28,46)	1123,91 (34,08)	0 (0)	0 (0)	3.297,67
Manoel J. F. Guimarães	1.519,79 (83,52)	206,42 (11,34)	93,48 (5,14)	0 (0)	0 (0)	1.819,68
Manoel Antônio Teixeira	1.664,75 (59,95)	554,36 (19,96)	213,81 (7,7)	343,82 (12,38)	0 (0)	2.776,75
José Rodrigues Garcia	1.293,46 (44,18)	1574,64 (53,79)	186,09 (6,36)	691,20 (23,61)	817,99 (27,94)	2.927,40
Total	13.998,97 (32,92)	18.103,39 (42,58)	9.190,54 (21,62)	2.044,13 (2,88)	817,99 (1,92)	42.519,04

Fonte: RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão:** inventários. O escravo deixado como herança. Vol. II. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: www.apers.rs.gov.br/

Além dos escravizados e das terras e casas, o inventário apresentava cinquenta reses de criar e cinquenta bois mansos, uma quantidade bem pouco significativa se comparada à de grandes pecuaristas do sul do Império. Para ficarmos apenas em Santo Antônio da Patrulha, o Major Manoel Eugênio era detentor de duas mil e cem reses de gado chucro, quinhentas e trinta reses de gado manso, duzentos e quarenta bois, além de vários outros animais em expressiva quantidade. Seu irmão Felisberto era possuidor de mais de duas mil reses de criar chucas, além de outras duzentas mansas e outros muitos animais. Tudo indica que os maiores

rebanhos do município encontravam-se na paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, analisada detidamente por Teixeira (2008).

Alguns anos depois, em 1875, faleceu a viúva Doroteia Maria do Nascimento. Seu inventário não tardou muito a ser realizado. A comparação entre os dois documentos, separados por nove anos de distância, evidencia um empobrecimento de sua propriedade. Dos vinte e um escravizados, restaram somente onze. As propriedades e casas continuaram as mesmas, mas houve uma redução no número de animais de criação para a quantidade vinte e três reses de criar. Em termos monetários, as posses da família foram das 2.927,40 para 1.134,44 libras esterlinas, menos da metade. É possível que, depois do falecimento do pai, parte dos bens tenha ficado sob a responsabilidade dos filhos da casa; mas também é possível que seja consequência de uma dinâmica muito comum após o fim do tráfico atlântico de escravizados: a perda de cativos para os maiores proprietários.

Outra possibilidade. Os eventos ocorridos doze anos antes poderiam ajudar a explicar a redução de seu patrimônio? Quando quatro crianças foram encontradas mortas às margens do rio Rolante, Venâncio José de Oliveira Furtado foi considerado pelas autoridades como um dos principais suspeitos de ter cometido o crime. Era ponto pacífico entre as testemunhas o fato de que somente um morador da fazenda seria capaz de cometer tal ato sem ser visto. Venâncio havia se desentendido com sua sogra em função das disputas ocorridas com a partilha dos bens: ele desejava ficar com a casa de morada em Porto Alegre, e tudo leva a crer que sua pretensão não foi facilmente satisfeita. Ocorreram algumas discordâncias entre o genro, sua sogra e seus cunhados, mas, ao final, a propriedade foi passada para ele.¹⁰ O terrível crime que acometeu a paz dos Rodrigues Garcia é o motivo pelo qual o inventário do patriarca foi aberto somente em 1866, quatro anos depois de seu falecimento. Ao final do caso, nenhum réu foi condenado: não foi possível provar nada contra Venâncio, e os outros dois réus – os escravizados Bartolomeu e Antônio Nagô – faleceram durante o processo. Se durante as investigações do caso os laços familiares estremeceram, o falecimento da viúva evidencia sua reunião posterior: na abertura de seu inventário, Venâncio encontrava-se em comum acordo com seus cunhados, deixando para o filho mais novo da casa – Rodrigo José Garcia – o lugar de inventariante.

Impossível saber se durante o período de mais de uma década do assassinato das crianças ao falecimento de Doroteia houve algum acerto de contas entre os familiares, mas tudo indica que sim. De uma forma ou de outra, o que antes era uma propriedade de ao menos

¹⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

vinte e um escravizados reduziu-e para onze, refletindo uma incapacidade da família em manter seu patrimônio, aumentá-lo ou evitar sua fragmentação entre as novas gerações.¹¹

Os registros de batismos no litoral norte: escravidão e compadrio entre Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio

A africana nagô Joana foi batizada no dia 21 de agosto de 1851. O registro lhe dava a idade de cerca de vinte anos. Sem a menor dúvida, a escravizada foi traficada ao Brasil durante o período de ilegalidade do nefando comércio, tal como o nagô João, de vinte e cinco anos de idade, também batizado naquele dia. Aquela pertencia a José Rodrigues Garcia, e este fazia parte das propriedades de seu filho Luiz. Em verdade, quando observamos o livro de batismos de escravizados da freguesia de Santo Antônio da Patrulha, os poucos africanos registrados se situam depois de 1850. Joana, João, José, Justina, Pedro e Luís. A julgar por suas idades, todos mais jovens do que vinte e cinco anos, foram trazidos durante a década de 1840 ou até depois: afinal, o litoral norte da província era lócus de desembarques ilegais mesmo depois da Lei Euzébio de Queiroz.¹²

Não foram poucos os filhos de Joana, que deixou ao menos nove rebentos. Eva, nascida em 15 de fevereiro de 1852; Clemência, de 4 de setembro de 1854; João, que veio ao mundo em 8 de maio de 1856. Os três foram batizados no dia 3 de julho de 1856. Tempos depois, ela deu à luz o menino Cristino, nascido em 5 de novembro de 1857 e batizado no dia 7 de abril do ano seguinte; e Carolina, nascida em 17 de maio de 1859 e batizada em 14 de maio de 1860. Além deles, foi mãe de Antônio, dos gêmeos José e Josefa e de Sipião. Não por acaso, no inventário *post-mortem* de Doroteia Maria do Nascimento, Joana e seus filhos eram oito dos onze escravizados presentes na avaliação de bens. Mas a relação entre mães e filhos não era a única que marcava as relações sociais do cativo. Para além de sua mãe, as

¹¹ Vargas (2013) apontou que, entre os charqueadores mais ricos de Pelotas, uma estratégia comum para manter a unidade de seu poderio econômico era passar a charqueada para o primogênito da família. Era uma *estratégia familiar*, e esteve diretamente relacionada à capacidade dos mais afortunados em preservarem suas fortunas e permanecerem durante longos períodos no topo da hierarquia social. Evidentemente, uma comparação entre as poucas posses dos Rodrigues Garcia e os maiores ricos da província é completamente descabida; entretanto, o contraste serve para ilustrar o quanto a sucessão e a herança eram fundamentais, e a ausência de uma estratégia bem definida poderia prejudicar a manutenção do lugar social que as famílias ocupavam na sociedade.

¹² Um caso conhecido foi o desembarque ilegal malsucedido de 11 de abril de 1852. A embarcação encalhou nas praias de Tramandaí, região que naquele período pertencia à Conceição do Arroio, distrito de Santo Antônio da Patrulha. Dez anos depois, o africano Manoel Congo, em busca de sua liberdade, recorreu às autoridades dizendo ter sido trazido ao Brasil naquele desembarque que fracassou. O navio teria vindo direto da Costa da África, sendo o último desembarque ilegal de que se tem notícia para o Rio Grande do Sul. Para uma análise do caso, ver: Oliveira (2006).

crianças foram apadrinhadas em sua maioria por outros escravizados, o que não era a regra para a região.

A tabela 3 reúne a condição jurídica dos padrinhos de escravizados batizados em Santo Antônio da Patrulha entre 1849 e 1854. A maior parte dos pais espirituais eram livres, representando 49,57% do total. Os padrinhos que tinham a mesma condição dos batizados eram, por sua vez, 40,08%. Embora esses números possam representar uma tendência importante da localidade, o período analisado é muito restrito para se realizar uma análise mais segura. Por quê? Quando abri o livro de batismos de Santo Antônio da Patrulha, buscava encontrar a africana Leonor, mãe de Maria Cabeça, mencionada na introdução do presente trabalho. Assim como Joana, tudo indica que ela chegou ao Brasil durante a ilegalidade do tráfico, mas não pude confirmar a data de sua chegada, pois o documento possuía uma lacuna que vai de 1825 até 1849! Segundo o vigário que assumiu a responsabilidade de anotar os batismos nesse último ano, eles estavam sendo registrados em um livro de óbitos de escravizados – um documento que até hoje não foi encontrado.

Tabela 3 - Condição jurídica dos pais espirituais de Santo Antônio da Patrulha (1849-1854)

Condição do padrinho	Quantidade	Percentual
Escravizado	93	40,08%
Livre	115	49,57%
Forro	11	4,75%
Sem informação	13	5,6%
Total	232	100%

Fonte: Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Santo Antônio da Patrulha**. Livro 03, 1799-1854. p. 104. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Leonor foi madrinha de alguns dos filhos de Joana e vice-versa. Como se vê pela tabela 3, embora a busca por outros escravizados como padrinhos não fosse uma prática incomum, o mais recorrente no litoral norte era que os escravizados buscassem sujeitos livres para apadrinhar seus filhos. Os significados envolvidos no apadrinhamento não são simples de se discernir. Envolve o estabelecimento de redes de parentesco, solidariedade e resistência; relacionava-se também a um processo de constituição identitária, refletindo um processo de formação de comunidades africanas na diáspora.¹³ Todavia, os homens livres nem sempre foram o grupo preferencial dos escravizados que nasciam ou que chegavam no local.

¹³ O caso de Rio Grande, sobre o qual falarei mais adiante, é exemplar. Em meados da década de 1850, a maior parte dos padrinhos de escravizados batizados naquela cidade eram outros escravizados. Ver: Matheus (2021).

Segundo o trabalho de Santos (2009), entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, a maior parte dos padrinhos dos cativos de Santo Antônio da Patrulha eram sujeitos da mesma condição jurídica. Portanto, tudo indica ter ocorrido um processo de mudança nas práticas de apadrinhamento no litoral norte.

Contudo, com tão poucos anos disponíveis para análise, é difícil estabelecer qualquer constatação mais contundente. Para observar as dinâmicas do compadrio na região, recorri aos registros de batismos de Conceição do Arroio, que até 1857 ainda pertencia a Santo Antônio da Patrulha. Pela proximidade e pela semelhança das duas freguesias, acredito ser possível extrair algumas conclusões – afinal, o livro de batismos de escravizados da localidade vizinha encontra-se em melhor estado.

Tabela 4 – Condição jurídica de pais espirituais de Conceição do Arroio (1815-1854)

Condição do padrinho	1815-1824		1825-1832		1841-1854		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Escravizado	148	42,29%	148	34,42%	116	29,74%	415	35%
Livre	160	45,72%	214	49,76%	261	66,93%	640	54%
Forro	13	3,71%	36	8,38%	4	1,03%	55	4,6%
Não informado	27	7,71%	21	4,88%	6	3,54%	59	5%
Ilegível	2	0,57%	11	2,56%	3	0,76%	17	1,4%
Total	350	100%	430	100%	390	100%	1186	100%

Fonte: Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 03, 1814-1846. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>; Diocese de Porto Alegre. Registros de batismo da Paróquia de Osório. Livro 04, 1841-1860. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

A tabela 4 traz a evolução da condição jurídica dos padrinhos de escravizados batizados em Conceição do Arroio entre 1815 e 1854. Para não me estender muito, ficarei apenas com os dados relativos aos pais espirituais, mas os números das madrinhas são bastante semelhantes. Durante o período que vai de 1815 a 1824, os livres já eram maioria entre os padrinhos, mas por muito pouco: foram 45,72% contra os 42,29% dos escravizados. Nas décadas que se seguiram, os padrinhos livres foram se tornando cada vez mais expressivos, chegando a ocupar 66,93% de todos os pais espirituais de Conceição do Arroio nos anos de 1841 a 1854. Há, portanto, um processo real de mudança das características do apadrinhamento durante a primeira metade do século XIX – similares e próximas, não tenho motivos para crer que no município patrulhense fosse muito diferente.

Mais importante do que apontar a mudança é explicá-la. Como se pode compreender as transformações do compadrio no litoral norte da província? Que fatores podem estar relacionados? Uma primeira explicação reside na própria estrutura de posse. Assis (2020), analisando o município de Castro, observou que os escravizados pertencentes às maiores escravarias buscavam mais frequentemente outros escravizados para serem seus padrinhos. Embora não disponha de um extenso cruzamento entre inventários *post-mortem* e registros de batismos, as relações de apadrinhamento entre os escravizados dos Rodrigues Garcia são ilustrativas de que tal tendência também ocorria entre os cativos de Santo Antônio da Patrulha.¹⁴ Contudo, tanto nesse município quanto em Castro – e outras pequenas localidades similares – os pequenos senhores eram a maioria dos proprietários. Assim, tudo indica que, nas diminutas freguesias do interior, a busca por padrinhos livres era uma característica comum. Cidades como Rio Grande, em contrapartida, tiveram uma trajetória inversa à que se apresenta aqui. Naquela urbe portuária, durante a metade do século XIX, os escravizados já superavam os livres enquanto pais espirituais.

No entanto, isso não esgota nem encerra as dinâmicas que se relacionam com a busca por um pai espiritual. Se Rio Grande tinha como característica ter uma concentração maior de escravizados no topo da estrutura de posse, ao contrário do que se observa em Santo Antônio da Patrulha ou em Conceição do Arroio, essa não era a única característica que a diferenciava. A cidade portuária era marcada pelo fortalecimento de laços de parentesco e de solidariedade entre os africanos, destacando-se os de origem mina ou mina-nagô (Matheus, 2020; Matheus, 2021). Esses sujeitos tinham grande presença na conquista da liberdade, com uma significativa expressão entre as alforrias pagas. Eram, nesse aspecto, maioria: superavam os que nasceram no Brasil nas manumissões, um padrão bastante incomum para o Brasil (Scherer, 2008). É bem possível que essa particularidade tivesse conformado uma dinâmica de compadrio diferente da que se apresentou em outras partes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Ora, no caso do litoral norte, há uma forte evidência de que a africanidade se relacionava intimamente com o apadrinhamento. Cruzando a condição jurídica dos padrinhos escravizados com o lugar de origem dos batizados de Conceição do Arroio (se eram africanos ou crioulos), é possível chegar a um quadro um tanto mais complexo do que foi apresentado até aqui. A tabela 5, abaixo, apresenta o apadrinhamento de crioulos e africanos durante todo

¹⁴ O apadrinhamento de escravizados por outros escravizados é algo observado em outras regiões e contextos nos quais se destacam as escravarias de grande envergadura. É o caso de Inhaúma, na primeira metade do século XIX, estudada por José Roberto Góes (1993).

o período considerado para a localidade em questão. Entre os que nasceram no Brasil, nenhuma surpresa: livres foram 59,09% dos pais espirituais. Quanto aos africanos, há uma diferença significativa: os escravizados foram 46,8% dos padrinhos contra 39,06% de livres. Somando ainda os libertos, tem-se que ao menos 53,87% dos que apadrinharam foram sujeitos com algum vínculo com a escravidão em algum momento de suas vidas. Isso indica que, para além da estrutura de posse, outro aspecto a ser considerado para pensar o compadrio diz respeito ao papel, o peso e a importância da africanidade em diferentes partes da província.

Tabela 5 – Condição jurídica dos padrinhos segundo origem dos batizados de Conceição do Arroio (1815-1854)

Naturalidade	Crioulos		Africanos		Naturalidade não informada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Escravo	261	31,22%	139	46,80%	15	28,30%	415	35%
Livre	494	59,09%	116	39,06%	30	56,60%	640	54%
Forro	30	3,59%	21	7,07%	4	7,55%	55	4,6%
Não informado	38	4,55%	18	6,06%	3	5,66%	59	5%
Ilegível	13	1,55%	3	1,01%	1	1,89%	17	1,4%
Total	836	100	297	100	53	100	1186	100

Fonte: Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 03, 1814-1846.

Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>; Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 04, 1841-1860. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Ao que parece, onde os laços e vínculos entre africanos e seus descendentes foram mais fortes, o compadrio entre escravizados se sobressaiu. Como foram muito poucos os africanos registrados no livro de batismos de Santo Antônio da Patrulha, não é possível averiguar se esse padrão se apresentava por lá, mas é bem possível que sim. Quanto à freguesia de Conceição do Arroio, conforme foram diminuindo a presença dos africanos entre os batizados, também caiu o número de padrinhos escravizados, indicando uma forte relação entre estes e aqueles. Para melhor completar a presente investigação e examinar os significados sociais e culturais do compadrio entre esses sujeitos seria necessário prosseguir a outras abordagens, como uma análise de trajetórias específicas de padrinhos que apareceram recorrentemente. No escopo deste texto, não será possível levar um esforço do tipo adiante. Resta constatar que, apesar de divergir de Rio Grande quanto à evolução da condição jurídica dos padrinhos ao longo da primeira metade do século XIX, o litoral norte da província não constituía caso excepcional para o Império como um todo. Em geral, nas regiões marcadas

por uma grande fragmentação das escravarias de menor envergadura experienciavam números similares aos encontrados neste texto: uma expressiva presença dos padrinhos livres.

Conclusão

Neste trabalho, procurei explorar algumas características do município de Santo Antônio da Patrulha entre os anos de 1850 e 1870. Centrei-me especialmente em dois aspectos: na estrutura de posse e nas propriedades dos principais escravistas da região; e na relação entre compadrio e escravidão. No primeiro caso, foi possível averiguar algo já evidenciado em outros trabalhos acerca do litoral norte da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a predominância de pequenos senhores entre os proprietários da região. As escravarias pequenas, além de serem a maioria (o que não é algo incomum), concentravam mais da metade dos cativos do local. Isso diferencia bastante o local em relação ao extremo-sul da província, como em Pelotas e Rio Grande, onde os médios e grandes senhores eram os que possuíam a maior parte dos escravizados. No que se refere ao patrimônio dos maiores senhores, à exceção do Major Manoel Eugênio de Almeida Soares, grande criador de gado da paróquia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, nenhum deles era equiparável aos montantes e fortunas de lugares dos maiores pecuaristas da região da campanha.

No que se refere à relação entre compadrio e escravidão, ressalto que aqui explorei seu lado quantitativo, mostrando quem eram os padrinhos dos escravizados que eram batizados em Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio. O apadrinhamento tinha significados importantes na sociedade escravista, conformando-se enquanto mecanismo de constituição de parentescos e solidariedades, além de servir como forma de buscar uma proteção. No litoral norte, os padrinhos livres se sobressaíram durante meados do século XIX, ao contrário do que tem sido observado para lugares como Rio Grande, onde escravizados que apadrinhavam outros escravizados constituíram a maioria. Dois aspectos parecem estar relacionados a essas diferenças: a estrutura de posse e a africanidade. O próximo passo da pesquisa é ir além dos números e buscar examinar os significados específicos do compadrio na região, aprofundando a análise das relações sociais como as que tinham Leonor, Joana e seus muitos filhos.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 03, 1814-1846. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Osório**. Livro 04, 1841-1860. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Diocese de Porto Alegre. **Registros de batismo da Paróquia de Santo Antônio da Patrulha**. Livro 03, 1799-1854. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão**: inventários. O escravo deixado como herança. Vol. II. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: www.apers.rs.gov.br/

Referências

ASSIS, Vinícius Augusto Andrade de. **A flor de senzalas miúdas**: escravidão e parentesco nos campos de Castro (1789-1836). Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel *et al.* (orgs.). **Açorianos em Porto Alegre**: história, genealogia e cultura. Porto Alegre: Evengraf, 2022.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito**: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

MATHEUS, Marcelo Santos; FARINATTI, Luís Augusto. Registros de batismo e inventários *post-mortem* como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. **Estudos Históricos – CDHRPyB**, n. 16, p. 1-16, 2016.

MATHEUS, Marcelo Santos. Os africanos minas no sul do Brasil: tráfico, liberdade e produção identitária na diáspora (Rio Grande do Sul, século XIX). In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto (orgs.). **A diáspora Mina**: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020. p. 279-322.

MATHEUS, Marcelo Santos. Cativo e compadrio em um porto atlântico (Rio Grande, 1780- 1850). **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 383-404, 2021.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Sou lavrador e curo: saúde e feitiço na sociedade escravista oitocentista (Litoral Norte – RS). In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 67-98.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula**: um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006.

PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição**: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REISDORFER, Douglas. A trajetória de “Maria Cabeça”: escravidão, gênero e liberdade entre Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande (1850-1893). **Faces de Clío**, v. 9, n. 18, p. 143-169, 2023.

SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativoiro:** família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773- 1824). Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca de liberdade:** alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

TEIXEIRA, Luana. **Muito mais que senhores e escravos:** relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do atlântico:** um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.